

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.403 - RJ (2019/0341398-4)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO
INTERES. : JUSTIÇA PÚBLICA
INTERES. : EMERSON WANDER MEIRA FRAGA

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. RÉU DOMICILIADO EM COMARCA DIVERSA DAQUELA EM QUE FOI CONDENADO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE EXECUÇÃO DA COMARCA EM QUE FOI PROFERIDA A SENTENÇA CONDENATÓRIA. DECLARADA A COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITANTE.

DECISÃO

Trata-se de conflito de competência suscitado pelo JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO contra o JUÍZO FEDERAL DA 1ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o Reeducando EMERSON WANDER MEIRA FRAGA foi condenado pelo crime de furto qualificado à pena de 1 (um) ano, 9 (nove) meses e 10 (dez) dias de reclusão, substituída a pena privativa de liberdade por duas penas restritivas de direitos, sendo uma de prestação de serviços à comunidade e outra de prestação pecuniária.

Transitada em julgado a condenação, o feito foi encaminhado ao Juízo Federal da 9ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, competente para a execução penal no âmbito da Subseção Judiciária Federal da Capital do Estado do Rio de Janeiro. Como o Apenado reside na cidade de São Paulo/SP, o Juízo Suscitante expediu carta precatória, visando realizar o acompanhamento e a fiscalização do cumprimento das penas restritivas de direitos e da multa penal.

O Juízo Federal da 1ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado de São

Paulo, para onde a carta precatória de fiscalização foi distribuída, entendeu por avocar a competência para aplicação das normas referentes à execução penal, sob os seguintes fundamentos (fls. 111-112):

"O artigo 147 da Lei no 7.210/84 dispõe que 'transitada em julgado a Sentença que aplicou a pena restritiva de direitos, o Juiz da execução, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, promoverá a execução, podendo, para tanto, requisitar, quando necessário, a colaboração de entidades publicas ou solicitá-la a particulares'.

Assim, com o objetivo de promover maior efetividade e celeridade aos processos de execução penal no Brasil, o Conselho Nacional de Justiça editou diversas Resoluções, dentre as quais se destaca a de número 280 de 09/04/2019.

De acordo com a mencionada Resolução, a partir de 31 de dezembro de 2019, todos os processos de execução penal dos tribunais brasileiros deverão tramitar obrigatoriamente pelo SEEU, conforme disposto em seu art.

3º, 'caput'. Ainda, de acordo com o art. 5º, 'caput', primeira parte, a identificação da pessoa com processo de execução penal em curso será em todo o território nacional.

Com efeito, o objetivo de se criar um sistema unificado de execução penal é justamente impedir que haja mais de um processo tramitando em diferentes Juízos para a fiscalização das penas de uma mesma pessoa. Isto propiciará maior efetividade à execução e celeridade ao processamento de incidentes e desvios.

Dentro deste raciocínio, a expedição de cartas precatórias é incompatível com o objetivo da Resolução nº 280/2019 do CNJ, uma vez que a ideia de se ter um Juízo único para a execução penal de uma mesma pessoa restaria prejudicada. Além disso, o Juízo da Execução, competente para análise dos incidentes e desvios, não coincide com o Juízo da fiscalização das penas (deprecado), o que, por certo, protrai o andamento da execução, pois, a cada incidente, deve o Juízo Deprecado comunicar o Juízo Deprecante para deliberação.

Assim, a fim de propiciar maior celeridade e efetividade às execuções da pena, além de compatibilizar as normas internas com a regulamentação do Conselho Nacional de Justiça, os tribunais brasileiros passaram a editar Resoluções, Provimentos e Portarias determinando que o Juízo competente para a execução da pena é o do atual domicílio do apenado.

[...]

Com efeito, dispõe o artigo 2º da Resolução Pres nº 287 de 20/07/2019 do TRF3 que 'o processo eletrônico de execução penal sera individual e indivisível e reunirá todas as condenações que forem impostas ao indivíduo, inclusive aquelas que vierem a ocorrer no curso da execução, sendo responsável pelo processamento do feito o juízo competente no

domicílio atual do condenado.' Ressalte-se que o entendimento é cabível mesmo nas Comarcas ou Subseções Judiciárias cujos Tribunais não tenham regulamentação semelhante, uma Vez que esta orientação Vai ao encontro do que prevê a Resolução 280 de 09/04/2019 do Conselho Nacional de Justiça.

No caso dos autos, o sentenciado atualmente reside nesta Capital de São Paulo; então, competente para aplicação das normas referentes à execução o Juízo Federal sob cuja jurisdição o apenado está submetido.

[...]

Ante o exposto, avoco a competência para o processamento e julgamento da Execução da Pena nº 0507558-35.2016.4.02.5101, em desfavor do MM. Juízo da 9ª Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro, a quem determino seja solicitada a remessa, por intermédio do sistema SEEU ou outro meio adequado, da Execução da Pena de EMERSON WANDER MEIRA FRAGA."

O Juízo Federal da 9ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro suscitou, então, este conflito positivo de competência, asseverando que (fls. 115-119):

"Com todas as vênias ao eminente Juízo da 1ª Vara Federal Criminal de São Paulo, mas não creio que o regramento dado ao novo Sistema Eletrônico de Execução Unificado no âmbito da 3ª Região da Justiça Federal tenha o condão de se sobrepor à legislação Vigente e à cristalizada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Com efeito, o artigo 65 da LEP e o artigo 668 do CPP são expressos em afirmar a competência executiva ao Juiz indicado na lei local de organização judiciária e, na sua ausência, ao Juiz da condenação. É dizer: como regra, a pena deve ser executada na comarca onde o delito se consumou.

Tais normas de competência executiva têm incidência tanto para os condenados a penas restritivas de direito como para aqueles condenados a pena privativa de liberdade. Todavia, em relação a estes últimos (condenados a pena privativa de liberdade), o artigo 86 da LEP permite que se instaure incidente próprio para o deslocamento da competência executiva, em prol da segurança pública ou em benefício do condenado, oportunizando que este possa cumprir sua pena em estabelecimento penal de unidade federativa distinta daquela em que foi o delito consumado. Já em relação aos condenados a penas restritivas de direito não há incidente de deslocamento de execução semelhante, restando prorrogada a competência do Juízo executivo originário mesmo nos casos em que o condenado venha a residir em local distinto daquele em que se consumou o delito e perante o qual se iniciou a execução.

Superior Tribunal de Justiça

Por isso é que, nos casos de cumprimento de penas restritivas de direito, quando O condenado reside em localidade distinta do Juízo executivo do local da condenação, este depreca para o Juízo competente do local da residência do apenado a mera fiscalização do cumprimento daquelas penas restritivas. Não há deslocamento de competência. O Juízo executivo originário permanece competente para decidir todos os incidentes da execução e decretar a extinção de punibilidade ao termino do cumprimento das penas.

[...]

Observe-se que o novo Sistema Eletrônico de Execução Unificado não se fez acompanhar de mudança legislativa que permita o deslocamento de competência executiva almejada pelo r. Juízo da 1ª. Vara Federal Criminal de São Paulo.

Em Verdade, no que tange às penas restritivas de direito, o novo Sistema Unificado de Execução do CNJ, por celeridade e praticidade, retirou a necessidade de se formular pedido de fiscalização de cumprimento de penas restritivas de direito por meio do veículo Carta Precatória. Afinal, por se tratar de um sistema eletrônico unificado, os próprios autos processuais eletrônicos podem ser diretamente encaminhados ao Juízo da localidade da residência do condenado para que este fiscalize o cumprimento das restritivas de direito. Não há deslocamento de competência, frise-se, uma vez que inexistente previsão legal de deslocamento de competência para o cumprimento das restritivas de direito, como assente na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Assim, se no curso da fiscalização, surgir algum incidente de execução passível de ser decidido, os autos eletrônicos devem regressar ao Juízo executivo originário para deliberação. Decidida a questão, os autos eletrônicos são novamente encaminhados ao Juízo da fiscalização. Só isso. Tudo simples. Mediante alguns 'cliques' no terminal de computador.

[...]

Destarte, pelos fundamentos expostos, ratifico a competência deste Juízo da 9ª. Vara Federal Criminal do Rio de Janeiro para processar e julgar o presente executivo, delegando ao r. Juízo da 1ª. Vara Federal Criminal de São Paulo exclusivamente os atos de fiscalização do cumprimento das penas restritivas de direito facultadas no decreto condenatório.

[...]

Observe, outrossim, que o r. Juízo da 1ª. Vara Federal Criminal de São Paulo afirmou que, em caso de discordância deste Juízo com o conteúdo de sua decisão, desde logo suscitava conflito de competência, motivo pelo qual, resta-me apenas o encaminhamento da questão ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça, para o qual rogo que decida pela prevalência da competência deste Juízo e, em consequência, para que determine ao r. Juízo da 1ª. Vara Federal de São Paulo que

Superior Tribunal de Justiça

prossiga apenas fiscalizando o cumprimento das penas restritivas de direito facultadas ao apenado."

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 126-133, opinando pela declaração da competência do Juízo Federal da 9ª Vara Criminal da Seção Judiciária do Estado do Rio de Janeiro, o Suscitante.

É o relatório. Decido.

A jurisprudência desta Corte Superior é firme no sentido de que a execução da pena **cabe ao Juízo da condenação**, não implicando deslocamento de competência a mudança de domicílio do Apenado, podendo ser deprecada a fiscalização do cumprimento da pena. Exemplificativamente, *mutatis mutandis*:

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO PENAL. CONDENAÇÃO À PENA EM REGIME ABERTO. NOVO DOMICÍLIO DO APENADO. INADMISSIBILIDADE DA MUDANÇA DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO DA PENA. FISCALIZAÇÃO PELO JUÍZO DO NOVO DOMICÍLIO POR MEIO DE CARTA PRECATÓRIA. COMPETÊNCIA DO JUÍZO SUSCITADO.

- Esta Corte possui entendimento firmado no sentido de que ao Juízo da condenação compete a execução da pena, não havendo deslocamento desta competência pela mudança voluntária de domicílio do condenado à pena em regime aberto, devendo ser deprecada ao Juízo do domicílio do apenado a supervisão e acompanhamento do cumprimento da reprimenda determinada.

- Nesse contexto, in casu, os autos devem retornar ao juízo da condenação (Juízo de Direito da Vara Criminal de Videira - SC), competente para a execução penal, a fim de que determine a expedição de carta precatória ao Juízo de onde reside o apenado para a supervisão do desconto da sua reprimenda.

Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara Criminal de Videira - SC, o suscitado." (CC 131.468/RS, Rel. Ministra MARILZA MAYNARD – DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/SE), TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 13/03/2014; sem grifos no original.)

"AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECURSO DO INTERESSADO. LEGITIMIDADE. COMPETÊNCIA PARA A EXECUÇÃO PENAL. JUÍZO INDICADO NA LEI LOCAL DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA DO JUÍZO DA CONDENAÇÃO. TRANSFERÊNCIA DE PRESO PARA LOCAL PRÓXIMO AOS SEUS FAMILIARES. EXISTÊNCIA DE VAGAS. CONDIÇÃO. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO

1. Possui legitimidade para interpor agravo regimental eventual interessado, desde que demonstre que a decisão proferida no conflito de competência refletirá diretamente na sua condição carcerária.

2. A jurisprudência desta Corte, com fundamento no art. 65 da Lei de Execuções Penais, firmou entendimento de que o juízo competente para a execução penal é o indicado na lei local de organização judiciária do Juízo da condenação. É evidente que o fato de o processo executivo ser de competência de juízo que não corresponda ao do domicílio do réu não impede, por si só, que a pena possa ser cumprida neste último local, sob a supervisão de juízo que deve ser deprecado para essa finalidade.

3. A despeito de otimizar a ressocialização do preso e de humanizar o cumprimento da reprimenda, pela maior proximidade do preso aos seus familiares, a transferência de presídio depende da existência de vaga.

4. Agravo regimental não provido." (AgRg no CC 143.256/RO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 08/06/2016, DJe 17/06/2016; sem grifos no original.)

"PROCESSO PENAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. CONDENAÇÃO A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. TRANSFERÊNCIA. DOMICÍLIO DO REEDUCANDO. NECESSIDADE DE PRÉVIA CONSULTA. COMPETÊNCIA PARA EXECUÇÃO E FISCALIZAÇÃO DA PENA: JUÍZO ORIGINÁRIO DA EXECUÇÃO PENAL.

1. A competência para a execução da pena não se confunde com a fiscalização do seu cumprimento que, em algumas situações, é deprecada em razão da transferência do reeducando ao local de seu domicílio ou do domicílio de sua família.

2. A jurisprudência desta Corte entende que a transferência de preso para local próximo de sua família, onde possa obter resultados mais favoráveis no processo de ressocialização, depende de consulta prévia ao juízo de destino.

3. Inexistindo vaga, na localidade de domicílio do reeducando, no regime em que se encontra em cumprimento de pena, tanto a execução quanto a fiscalização da reprimenda devem ser mantidas com o Juízo originário da Execução.

4. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo de Direito da Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios de Foz do Iguaçu/PR, suscitado." (CC 148.441/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 17/08/2017; sem grifos no original.)

Dessa forma, compete ao Juízo Suscitante a execução da pena do

Superior Tribunal de Justiça

Sentenciado, o qual deverá fiscalizar o cumprimento da pena, mediante carta precatória.

Ante o exposto, CONHEÇO do conflito para DECLARAR competente o JUÍZO FEDERAL DA 9ª VARA CRIMINAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, o Suscitante.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de dezembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora